



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

30/01/2012



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CARTÓRIOS.....	1
1.2. PRESIDENTE.....	2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. PRESIDENTE.....	3
2.2. SERVIDORES.....	4

Editorial

Falcatruas imobiliárias

Os maranhenses descobriram, de repente, que uma banda da corrida imobiliária em curso no interior da Ilha de São Luís é movida a crimes que vão desde a forja de escrituras falsas até a assassinatos por encomendas. Depois do surgimento de muitos sintomas, a realidade nua, crua e brutal veio à tona no fim do ano passado, com o assassinato de um empresário a mando de um corretor de imóveis, num cenário de falcatruas que apontou um vereador de Paço do Lumiar como um dos chefões do esquema que envolve cartórios.

As primeiras investigações mostraram que o interior da Ilha de Upaon-Açu se tornou terra de ninguém, tomada por espertalhões que, com o suporte criminoso de agentes cartorários, chegaram a vender um mesmo pedaço de terra para três, às vezes quatro clientes diferentes, num jogo de escrituras forjadas que só levaria prejuízo e preocupação para cidadãos honestos. Nesse ambiente, várias empresas imobiliárias de esquina ofereciam o paraíso terrestre aos compradores desavisados, a maioria deles pessoas de boa-fé que investiam no terreno o que acumularam durante anos.

O assassinato do empresário em 2011 retiraria a nuvem de suspeitas que havia sobre aquela fatia do mercado imobiliário, tornando claro que ela era dominada pelo crime. A polícia

descobriu que havia na região central da Ilha, entre São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, uma espécie de área esquecida, onde os especuladores montaram acampamento e tentaram fazer fortuna vendendo

terrenos que não lhes pertenciam, acionando para isso corretores dispostos a fazer fortuna de qualquer maneira, inclusive enganando

pessoas de bem.

O Estado registrou inúmeros casos de falcatrua imobiliária naquela região, mas sempre com o fato se esgotando em si, sem indicar que o que estava em movimento era uma rede criminosa envolvendo especuladores, corretores mais intencionados e cartorários que deveriam estar na cadeia. Os fatos recentes mostraram o que tem levado tantas questões imobiliárias às delegacias de polícia. Os casos têm feições diversas, mas o que sempre está por trás de cada um deles é a má-fé, a armação, o engodo, o famoso gato por lebre, que resultam em confusão, porque via de regra aparece um segundo, um terceiro e até um quarto dono.

Alivia saber que o grande esquema já está identificado e que a polícia já o investiga cuidadosa e profundamente, para que todos os seus tentáculos sejam identificados, os espertalhões sejam levados às barras da Justiça e o mercado imobiliário volte à normalidade no interior da Ilha de São Luís.

Alivia saber que o grande esquema já está identificado e que a polícia já o investiga cuidadosamente

Balanço

A governadora Roseana Sarney (PMDB) vai participar da abertura dos trabalhos legislativos, quarta-feira.

Na sessão solene, fará um balanço das ações do seu governo em 2011 e anunciará as metas que programou para serem cumpridas em 2012.

A sessão contará também com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Jr..

PPP do Judiciário é bem recebida por Colégio de Presidentes de TJ

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil recebeu com simpatia, nesta sexta-feira, em Teresina (PI), o projeto de Parceria Público-Privada para o Judiciário nacional proposto pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, na abertura do segundo dia e último dia do 90º Encontro da entidade.

“Sou totalmente favorável à PPP, e a vejo como única saída para o Tribunal de Justiça de São Paulo quitar ébitos”, disse o presidente do TJSP, desembargador Ivan Sartori, que na próxima semana apresenta novo pedido de apreciação da matéria ao CNJ. Presidente do colégio, o desembargador Marcus Faver (TJRJ) também se mostrou entusiasta com o projeto, que abre possibilidade de captação de recursos externos para financiamento de obras e serviços.

Ivan Sartori voltou ao tema

Parceria Público-Privado no colégio de presidentes, à tarde, quando traçou diagnóstico financeiro e administrativo do TJSP, cuja presidência assumiu em dezembro. “Não conseguimos acompanhar de perto nenhuma das demandas que nos chegam”, admitiu, relacionando a PPP como o melhor caminho para o Judiciário. O tribunal paulista reúne cenário preocupante: fóruns deteriorados, urgência de novos serviços e dívidas de R\$ 3 bilhões em precatórios (direitos adquiridos) de juízes e servidores.

Guerreiro Júnior agradeceu a boa acolhida da PPP no Colégio de Presidentes de TJ, fez referência novo perfil econômico do Maranhão – “somos alvos do interesse de grandes investidores internacionais, em vários segmentos de negócios” – e informou sobre projetos macros da sua gestão – a exemplo da virtualização de projetos e construção do novo prédio do TJMA.

TJMA avalia saúde de servidores para identificar casos de insalubridade

A saúde dos servidores do Poder Judiciário está sendo avaliada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Os exames ocupacionais e as perícias aos locais de trabalho estão sendo feitos pelo TJMA desde 2010, para identificação de possíveis casos de insalubridade e periculosidade no ambiente de trabalho. Neste ano, cerca de 500 servidores serão avaliados.

A continuidade do programa foi aprovada pelo presidente do Tribunal, desembargador Guerreiro Júnior, como forma de prevenir não só doenças relativas ao trabalho, mas aquelas que possam interferir na qualidade de vida e na produtividade do servidor. São investigados sintomas de stress, hipertensão, depressão, problemas visuais, respiratórios, cardiológicos, entre outros.

De acordo com dados coletados em 2011 pela Assessoria em Segurança & Saúde Ocupacional (SSO) – empresa contratada para diagnosticar a segurança e a saúde ocupacionais no Tribunal – fatores como falta de atividade física, obesidade, tabagismo, pressão arterial elevada e o consumo exagerado de álcool estão entre os que mais oferecem riscos à saúde dos servidores do Judiciário.

“São fatores de risco, mas se apresentam em escalas aceitáveis e podem ser revertidos com a mudança de comportamento e a adoção de hábitos de vida mais saudáveis”, afirma a consultora em qualidade de vida da SSO, enfermeira Sabrina Manga.

O exame – Antes de ser atendido pelos médicos, o servidor responde a um questionário com os dados pessoais e informações sobre doenças pré-existentes. Durante a consulta, é examina-

do o funcionamento do fígado, tireóide, rins, coluna vertebral, aparelhos respiratório e cardiovascular.

A capacidade visual é avaliada em teste específico, assim como a pressão arterial, o peso, altura, circunferência abdominal, e o cálculo da massa de gordura corporal.

Além da prevenção, o programa contempla ações de recuperação e incentivo à melhoria da saúde dos servidores que apresentam alguma alteração nas condições de saúde. Por meio de parceria entre a SSO e a Divisão Médica do TJMA, nutricionistas, cardiologistas e clínicos gerais acompanham os casos que necessitam de maior controle.

“Apesar de ser um trabalho preventivo, quando detectada alguma alteração é importante garantir ou encaminhar o profissional aos tratamentos disponíveis e viabilizar a reabilitação do servidor”, acrescenta a médica Célia Leal, clínica-geral e especialista em medicina do trabalho.

Surpresa – Para o auxiliar judiciário, Rômulo Antonio Amorim, a consulta trouxe algumas surpresas. “Não sabia que o sobrepeso já estava interferindo na minha pressão arterial. Vou voltar a me cuidar mais”, disse, ao ser encaminhado para acompanhamento pelo nutricionista e cardiologista.

O exame é agendado pelo telefone (98) 8200-0133 e 3222 4085. As consultas são realizadas na Unidade São Luis de Medicina Ocupacional da SSO, localizada no Edifício Colonial, à Rua do Sol, 141, sala 719, 7º andar (em frente ao Teatro Arhur Azevedo), São Luís – MA.